



## RELATÓRIO PERIÓDICO QUADRIENAL

# CONVENÇÃO DA UNESCO SOBRE A PROTECÇÃO E A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS

## **PORTUGAL**

Lisboa, Abril de 2012



## ÍNDICE

Resumo	3
1. Informações gerais	4
2. Medidas	5
2.1. Políticas culturais e medidas	5
2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial	12
2.3. Integração da cultura em políticas de desenvolvimento sustentável	18
3. Sensibilização e participação da sociedade civil	20
4. Principais resultados obtidos e desafios encontrados na execução da Convenção	22
5. Data e assinatura	24
6. Anexos – Dados e informações complementares	25



## RESUMO

Este Relatório não efetua uma descrição exaustiva de programas, projetos e ações desenvolvidos no território nacional no âmbito da Convenção ou que nela se podem enquadrar; aponta, apenas, alguns exemplos mais significativos, pela criatividade, pelo carácter inovador e pelas diferenças nos resultados.

A ratificação da Convenção da UNESCO de 2005 não implicou, de imediato ou a curto prazo, o desenvolvimento de iniciativas visando especificamente a sua execução, a nível nacional, regional ou local. No entanto, as grandes linhas orientadoras da política nacional contemplam os valores da Convenção como fundamentais para o país. Por esta razão, mas também por força da conjuntura internacional, nos últimos anos foram dados alguns grandes passos que, de alguma forma, contribuem para a promoção dos valores da Convenção e diferentes entidades têm vindo a desenvolver iniciativas em variadas áreas e de âmbito diverso, cujos objetivos vão ao encontro da Convenção.

Daí que a avaliação dos resultados da execução da Convenção seja difícil de efetuar, não só por se tratar de um instrumento muito recente como, sobretudo, porque muitas iniciativas não surgiram como medidas ou políticas específicas decorrentes da implementação da Convenção.

Apesar das diferenças de avaliação entre organismos, algumas questões são consensuais e comuns: um aumento significativo de públicos; maior sensibilização dos públicos para a diversidade das expressões culturais, garantindo uma maior tolerância e compreensão para com linguagens diferentes (contribuindo para um enriquecimento cultural e para o desenvolvimento de um espírito crítico mais apurado, sobretudo do público mais jovem); promoção da atividade artística como instrumento de desenvolvimento económico e de qualificação, inclusão e coesão sociais; reforço da associação da arte com outras áreas como educação, ciência e tecnologia, ambiente e ordenamento do território, turismo e solidariedade social, entre outras.

No entanto as dificuldades e desafios são diversos e fortes, começando pelos constrangimentos de ordem financeira que a todos os níveis condicionam a criação, a produção, a difusão da cultura e da arte, áreas primeiras a sentir o efeito da crise financeira e da redução dos meios disponíveis. Acresce o facto de, para muitos, não ser claro o âmbito de ação desta Convenção; muitas entidades públicas têm dificuldade em compreendê-la e se, à partida, parece evidente a adesão da sociedade civil, na prática verificámos que ela não se manifestou como seria de prever.

Por esta razão o grande desafio talvez seja conseguir um maior envolvimento da sociedade civil, através de um reforço da divulgação e da promoção da Convenção, da apresentação de bons exemplos, de casos de sucesso, de boas práticas. Trabalho idêntico terá de ser desenvolvido junto das entidades públicas, sendo fundamental um compromisso do poder político para com a Convenção, que terá ser colocada na ordem do dia, presente nas negociações internacionais e nas questões nacionais, transversal a todas as áreas da governação. Mas será também indispensável uma estreita colaboração entre entidades várias, do sector público e privado, governo central, regional e local, administração pública e sociedade civil, bem como o envolvimento de outros sectores da população, nomeadamente da comunicação social, esclarecida sobre as temáticas envolvidas, da comunidade científica, das escolas e das universidades.



## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

- a) **Nome do País**  
Portugal
- b) **Data de Ratificação**  
16 de Março de 2007
- c) **Processo de Ratificação**  
A Convenção (e respetivo anexo) foi aprovada pela Assembleia da República em 11 de Janeiro de 2007 (Resolução nº 10-A/2007), ratificada por assinatura do Presidente da República em 2 de Março de 2007, referendada em 14 de Março de 2007 e publicada em Diário da República em 16 de Março de 2007 (Decreto do Presidente da República nº 27-B/2007).
- d) **Contribuição Total para o FIDC**  
\$67,295.00
- e) **Organismo responsável pela preparação do Relatório**  
Secretaria de Estado da Cultura – GEPAC, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
- f) **Ponto de contacto oficialmente designado**  
Maria de Lurdes Camacho, Directora de Serviços de Relações Internacionais, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Secretaria de Estado da Cultura
- g) **Data em que o relatório foi preparado**  
Abril de 2012
- h) **Nome do responsável pela assinatura do Relatório**  
Henrique Parente, Diretor-geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Secretaria de Estado da Cultura
- i) **Descrição do Processo de consulta estabelecido e nome do ou dos representante(s) de organizações da sociedade civil que participaram**

Elaboração de 2 Questionários: um dirigido a Entidades Públicas e que foi enviado a todos os serviços da Secretaria de Estado da Cultura, Direcções Regionais de Cultura, outros Ministérios, Governos Regionais da Madeira e Açores e a todos os Municípios; outro dirigido à Sociedade Civil e enviado nomeadamente a Fundações, ONGs e associações. Os questionários foram igualmente colocados *online* e distribuídos via *newsletter*.



## 2. MEDIDAS

### 2.1. Políticas culturais e medidas

A ratificação da Convenção da UNESCO de 2005 não implicou, de imediato ou a curto prazo, o desenvolvimento de iniciativas visando especificamente a sua execução, a nível nacional, regional ou local. No entanto, as grandes linhas orientadoras da política nacional, nomeadamente as Grandes Opções do Plano e os programas dos governos, contemplam os valores da Convenção como fundamentais para o país. Por esta razão, mas também por força da conjuntura internacional – nomeadamente pela ação das políticas comunitárias – nos últimos anos foram dados alguns grandes passos que, de alguma forma, contribuem para a promoção dos valores da Convenção. É o caso, por exemplo, da criação do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, ACIDI (instituto público que tem como missão colaborar na conceção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões)<sup>1</sup>, as comemorações do Ano Europeu do Diálogo Intercultural ou a execução de algumas Convenções como a do Património Imaterial (para a qual a elevação do fado a património mundial constituiu marco assinalável e de consequências profundas). Na realidade, independentemente da Convenção da 2005, diferentes entidades têm vindo a desenvolver iniciativas em variadas áreas e de âmbito diverso, cujos objetivos vão ao encontro da Convenção. Daí que, muitas vezes, sobretudo a nível regional e local, ações, projetos e programas nos surjam não enquadrados pela Convenção, mas como medidas de políticas culturais independentes, ainda que totalmente imbuídas dos valores essenciais deste instrumento.

Ao nível do governo central (entidades responsáveis pela política cultural e organismos no âmbito de outros Ministérios), a ação legislativa é sobretudo sectorial (ainda que com aplicação nacional), enquanto que em termos locais e regionais, ao nível dos governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e dos municípios, as iniciativas são muito mais transversais, abrangentes e multidisciplinares. Este Relatório não efetua uma descrição exaustiva de programas, projetos e ações desenvolvidos no território nacional no âmbito da Convenção ou que nela se podem enquadrar; aponta, apenas, alguns exemplos mais significativos, pela criatividade, pelo carácter inovador e pelas diferenças nos resultados.

A salvaguarda do património imaterial constitui, nos últimos anos, uma das áreas de maior relevo intimamente associada à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. O Instituto dos Museus e da Conservação, IMC, é o organismo de referência nacional nesta área e o regime jurídico instituído é claro ao referir a salvaguarda do património cultural imaterial “das comunidades, grupos ou indivíduos, incluindo as minorias étnicas”. Neste sentido foi implementado, em 2011, o “Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial”<sup>2</sup>, que constitui o mais importante recurso nacional para a proteção de propriedade intelectual de índole cultural, promovendo a diversidade das expressões culturais mas também os direitos coletivos dos respetivos detentores. É um recurso livremente acessível através da Internet, que permite o registo das manifestações imateriais de todas as comunidades e grupos integrantes da sociedade portuguesa, incluindo as comunidades de origem não-portuguesa radicadas em Portugal e as comunidades de emigrantes portugueses, bem como o acesso por parte do público à diversidade das expressões culturais do país.

<sup>1</sup> <http://www.acidi.gov.pt/>

<sup>2</sup> <http://www.matrizpci.imc-ip.pt>



Os museus constituem recursos patrimoniais indispensáveis à divulgação pública e à promoção da diversidade das expressões culturais através das suas próprias coleções, das exposições aí realizadas e de outras iniciativas. Tutelados ou não pelo IMC, todos desenvolvem projetos específicos de promoção da área a que se dedicam; alguns distinguem-se por abordagens diferenciadas, particulares. Foi o caso do projeto “Museu, espelho meu” - desenvolvido no âmbito do «Ano Europeu do Diálogo Intercultural», cujo objetivo central foi o de promover os museus como espaços de representação identitária individual, social e multicultural.<sup>3</sup> Ou ainda o exemplo do Museu da Cerâmica<sup>4</sup>, que realiza iniciativas diversificadas de onde se destacam expressões teatrais, musicais, recriações históricas, feiras de artesanato com fanzines, colóquios, palestras, lançamentos de edições, assim como atividades lúdicas e educativas que visam as expressões culturais junto do público juvenil através do contacto e da participação de oleiros ao vivo; realiza exposições temporárias que abrangem artistas locais contemporâneos e a nível regional e internacional apresenta frequentemente exposições de diversas temáticas, tais como olaria, cerâmica, vidro, porcelana, joalheria, assim como núcleos de autores e fabricos de diversos países.

Na área das Artes, o Regime de atribuição de apoios financeiros do Estado às Artes, tem permitido o desenvolvimento de diversos projetos. Em 2011, por exemplo, tendo em consideração o “Ano Europeu das Atividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Ativa” e a comemoração do “Ano Internacional da Juventude”, proclamado pelas Nações Unidas, foram considerados prioritários para apoio os projetos que integraram preferencialmente estes dois conceitos, abrangendo diversas áreas artísticas. O Programa Rede de Residências | Experimentação – Arte, Ciência e Tecnologia<sup>5</sup>, nasceu com o objetivo de criar uma plataforma comum de trabalho e investigação entre artistas e cientistas, promovendo a criação artística em centros de investigação científica e tecnológica. Foi definida uma rede de instituições científicas de acolhimento, em vários pontos do país, que atuam em numerosos domínios de investigação, no âmbito dos quais os criadores desenvolvem projetos artísticos experimentais e de caráter transdisciplinar, em situação de residência artística, utilizando ferramentas e processos próprios dos laboratórios de investigação científica. As áreas artísticas contempladas no programa foram: arquitetura, artes digitais, artes plásticas, cruzamentos disciplinares, dança, *design*, fotografia, música e teatro, tendo como domínios de investigação a engenharia química e biológica, de sistemas e computadores, medicina molecular, nanotecnologia, neurociências e biologia celular, física, ótica e eletrónica, robótica, energia, desenvolvimento sustentável e ambiente.

No domínio do cinema são de destacar pelo seu impacto no sector os apoios concedidos pelo Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA): apoios à criação, à produção, à distribuição em território nacional de obras apoiadas pelo ICA, de obras não nacionais de cinematografias menos difundidas e de obras nacionais fora de Portugal, à exibição comercial e não comercial, à realização de festivais em território nacional, à promoção e participação em festivais e mercados, e à formação.

Abordagem diferente é necessariamente a da RTP, cujo serviço público de rádio e televisão assenta numa oferta diversificada e contribui para a criação e produção audiovisual, assegurando a divulgação da diversidade da herança cultural nacional e europeia. Promove a produção e difusão de conteúdos destinados a públicos minoritários, facilita o acesso à televisão e à rádio de

<sup>3</sup> <http://www.aedi2008.pt/>

<sup>4</sup> <http://museudaceramica.blogspot.pt/>

<sup>5</sup> <http://www.dgartes.pt/redederesidencias/index.htm>



grupos de cidadãos ou de comunidades com menor reconhecimento social, apoia a produção nacional de obras cinematográficas e audiovisuais e a coprodução com outros países, em especial europeus e das comunidades de língua portuguesa, promove o conhecimento da cultura, língua e património portugueses, a atenção às comunidades imigrantes e contribui para a sensibilização dos públicos para as questões de integração e coesão social, designadamente as que se relacionem com as diversas minorias étnicas presentes em Portugal.

O Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais da Secretaria de Estado da Cultura criou em 2010 o projeto de apoio à internacionalização *Artes Fora*, dispositivo de difusão de informação sobre produções artísticas com apresentações internacionais agendadas e produções artísticas disponíveis para circulação internacional. Trata-se de uma plataforma de informação que integra um diretório de entidades artísticas, uma bolsa de produções disponíveis para circulação com a respetiva agenda de apresentações internacionais.<sup>6</sup>

No domínio teatral destaque para o trabalho do Teatro Nacional de S. João (TNSJ)<sup>7</sup>, que promove com regularidade *showcasings* de espetáculos teatrais com vista a permitir a sua distribuição pelos circuitos nacionais e internacionais. Um projeto de grande envergadura, o *Odisseia*, em 2011, suportou quatro eixos de ação que cruzaram os princípios gerais de todas as atividades: laboratórios criativos, que incluíram ações de formação e laboratórios de criação de artistas internacionais e nacionais desenvolvidos nas quatro cidades promotoras deste projeto, bem como a apresentação de espetáculos como complemento da presença destes criadores; residências criativas, com companhias e criadores internacionais em residências nos vários espaços, que supletivamente participaram em atividades de aproximação e formação aos públicos; *showcasing* e comunicação e divulgação, onde incluímos também o registo documental, de reflexão e de promoção de todo o projeto. O *Odisseia:( A) Mostra*, materializou-se na apresentação de espetáculos considerados representativos da criação teatral do norte do país e contou com a presença de programadores e diretores de festivais internacionais e de agentes regionais e nacionais. No âmbito desta iniciativa, foi ainda realizado o *Festival Portos*, com um programa intercultural onde o fado, a música tradicional portuguesa, a percussão e os ritmos africanos, as sonoridades ibéricas, a música popular brasileira constituíram diversas expressões dos sons da lusofonia e o Festival *Odisseia: Teatros do Mundo*, que tem permitido o acesso ao grande público de espetáculos internacionais oriundos de diversos países, representando diversas formas de expressão cultural. Todos os anos o TNSJ acolhe o *FITEI – Festival Internacional de Expressão Ibérica*, que tem promovido o trabalho de dezenas de companhias e criadores, a esmagadora maioria proveniente do espaço ibero-americano.

A Secretaria de Estado da Cultura conta, ainda, com as Direções Regionais de Cultura que, à escala local e regional (ainda que por vezes também internacional, nomeadamente transfronteiriça), prosseguem os objetivos definidos superiormente, dentro do seu espaço geográfico. Todas desenvolvem programas específicos de apoio aos agentes culturais, incentivando e promovendo (diretamente ou apoiando outras entidades) a criatividade em diversas formas de expressão artística, a circulação de obras e artistas, a divulgação de manifestações artísticas internacionais. Como exemplo dessa ação refira-se, no caso da DRC do Alentejo, o Projeto Editorial do Alentejo que visa fomentar os estudos de carácter regional, e a sua publicação, que contribuam para o enriquecimento do património cultural e científico do Alentejo e incentivar a edição de obras que tornem acessível a um público mais alargado um conjunto de saberes que contribuam para um melhor conhecimento da região e para a

---

<sup>6</sup> <http://www.gpeari.pt>

<sup>7</sup> <http://www.tnsj.pt>



preservação da sua identidade cultural; o Projeto de Apoio à Edição de Material Audiovisual e Multimédia para apoio a edições de CDs de música erudita e tradicional de autores portugueses e de autores estrangeiros cujas obras tenham uma incidência regional; o Projeto Rede de Teatro de Amadores do Alentejo que visa o incentivo à criação por parte dos grupos/ associações de teatro de amadores da região, bem como o acesso das populações à fruição da atividade teatral, através do apoio à itinerância de espetáculos na rede de equipamentos municipais da região; o Projeto de Apoio ao Cante Alentejano e à Música Tradicional Portuguesa, para preservação, promoção e divulgação da memória coletiva alentejana subjacente ao *Cante Alentejano* e à Música Tradicional Alentejana, através de apoio aos grupos de *Cante Alentejano* e Música Tradicional Portuguesa; o Projeto Artes no Palco, que apoia a realização de itinerâncias em diversas áreas artísticas - teatro, teatro de marionetas, dança (bailado clássico e dança contemporânea), música erudita e música tradicional alentejana, por agentes culturais da região Alentejo.<sup>8</sup>

A DRCA Algarve tem vindo a desenvolver parcerias com outras Instituições e entidades no sentido de promover a diversidade de expressões culturais incentivando a criação artística regional e diversificando a oferta cultural. Alguns projetos que assinalam a diversidade de expressões culturais são o "Festival da Água" – projeto que visa promover um conhecimento mais profundo sobre a importância da água como fator de construção e assentamentos de comunidades e explorar uma vertente de cariz interdisciplinar que combina e cruza os conceitos/elementos: água, cultura e património; "Vive PCI" – projeto comemorativo do Ano Internacional da Juventude através do concurso VIVE PCI – Património Cultural Imaterial, tendo como objetivo estimular a educação patrimonial junto da população mais nova e neste caso, a revitalização do Património Cultural Imaterial do Algarve; "Filarmónica nos Monumentos" – projeto que visa a promoção e divulgação, quer do património histórico da região, quer do trabalho realizado pelas associações filarmónicas algarvias.<sup>9</sup>

O ACIDI<sup>10</sup> desenvolve projetos e ações no sentido de promover a interculturalidade, valorizando as diversidades, e incentivando o exercício de uma cidadania plena para todos. Na perspetiva da sensibilização e formação dos profissionais e do público em geral para a interculturalidade, promove um conjunto de medidas a vários níveis: oferta formativa na área do acolhimento e promoção da diversidade, do diálogo intercultural e inter-religioso, educação intercultural, disponibilizada gratuitamente, através de uma Bolsa de Formadores (36), programa de televisão "Nós" (40 minutos e emissão semanal aos domingos), programa de rádio "Gente como Nós" (semanal, 30 minutos); Prémio de jornalismo "Pela Diversidade Cultural", visando distinguir trabalhos de referência na área da diversidade cultural e do contributo para a compreensão das diferenças e o Programa ESCOLHAS – um programa de âmbito nacional, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social, através da promoção e apoio, entre outras dimensões, das manifestações de expressão artística e cultural – música, dança, desenho, ou outras – da autoria dos participantes nos projetos.<sup>11</sup>

O Gabinete para os Meios de Comunicação Social criou em 2011, com a Comissão Nacional da UNESCO, o Prémio de Jornalismo "Jovens talentos", destinado a descobrir e promover as capacidades e o talento de jovens no domínio da escrita jornalística e, bem assim, da liberdade de

<sup>8</sup> <http://www.cultura-alentejo.pt/>

<sup>9</sup> <http://www.culturalg.pt/>

<sup>10</sup> <http://www.acidi.pt>

<sup>11</sup> <http://www.programaescolhas.pt/>



expressão, do pluralismo e da diversidade.<sup>12</sup> O Instituto Português da Juventude gere, desde 1997, o concurso *Jovens Criadores*, que resulta na edição anual da “Mostra de Jovens Criadores”, na edição do catálogo “Jovens Criadores” e na coletânea literária “Jovens Escritores”. Depois da Mostra, são selecionados alguns trabalhos para “Amstras Jovens Criadores” itinerantes, que ocorrem no ano seguinte em 6 pontos diferentes do país. Para muitos artistas em início de carreira, este programa tem servido como “rampa de lançamento”, pela divulgação dos trabalhos e pela interação mantida com agentes culturais e outros profissionais da área artística.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional realiza bianualmente o “Prémio Nacional do Artesanato”, que visa distinguir os artesãos portugueses, privilegiando as suas competências técnicas e profissionais, incentivando a produção artesanal nas suas vertentes tradicional e contemporânea, apelando à qualidade e à inovação enquanto fatores indispensáveis ao desenvolvimento e afirmação do sector das artes e ofícios portugueses. Efetua, também, a dinamização da certificação de produtos artesanais tradicionais, permitindo a sua salvaguarda e proteção e contribuindo para a afirmação e valorização destas produções em mercados diversificados e diferenciados, e bem assim para o crescimento do emprego nessas áreas. O IIEFP é a entidade responsável pela implementação do Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, através do qual se faz o reconhecimento oficial dos produtores artesanais e se emitem as cartas de artesão e de unidade produtiva artesanal; até 23 de fevereiro de 2012, foram atribuídas 1.800 cartas de unidade produtiva artesanal a que correspondem 1.980 cartas de artesão. No âmbito desta legislação específica foi também criado o Registo Nacional do Artesanato (RNA), o qual se traduz numa base de dados de acesso público<sup>13</sup>, onde constam os artesãos e as unidades produtivas artesanais reconhecidas, constituindo-se assim como um reportório público atualizado e como instrumento de apoio à promoção, e mesmo à internacionalização, do artesanato português.

Em 2005, uma Resolução do Conselho de Ministros criou, no quadro de uma política de cidades, uma iniciativa interministerial para a intervenção em “Bairros Críticos”<sup>14</sup>, na qual foram definidos eixos de intervenção específicos e direcionados para a dimensão da expressão cultural: Vale da Amoreira (Moita) – “arte desconcentrada: espaço de experimentação artística”; Cova da Moura (Amadora) - “um lugar criativo”; e Lagarteiro (Porto) – “Escola em Rede/Educar para a arte no 1.º ciclo e pré-primária”, constituindo o ponto de partida da intervenção o de potenciar a “fusão” cultural e artística que se vive nestes territórios, resultante da apropriação e intercâmbio entre expressões culturais das comunidades residentes. No quadro da intervenção no Vale da Amoreira, onde o eixo artístico se assume como uma dimensão estruturante de toda a intervenção (seja social, seja urbanística seja económica), a criação de um estúdio comunitário tem possibilitado a produção (e a capacitação para a produção) de diferentes produtos dos diversos coletivos de artistas existentes, bem como a troca de serviços entre tipo de competências artísticas. No caso do Vale da Amoreira, existe atualmente um envolvimento regular de aproximadamente 1200 jovens em atividades de expressão artística e, em termos de imagem do território, verifica-se já uma alteração relevante – atualmente as principais notícias que surgem nas pesquisas já não se prendem com questões de marginalidade mas sim com ações diversas de âmbito cultural e artístico. Outra dimensão que importa destacar, traduz-se na construção de um equipamento eminentemente cultural e de referência na região de Lisboa e Vale do Tejo: o Centro de Experimentação Artística (financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, no quadro da IBC –

<sup>12</sup> <http://www.gmcs.pt/index.php?op=cont&cid=78&sid=1579>

<sup>13</sup> <http://www.ppart.gov.pt>

<sup>14</sup> [www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc)



Vale da Amoreira<sup>15</sup>), que será gerido pela Câmara Municipal da Moita, mas não como um equipamento cultural tradicional e sim como um equipamento de apropriação artística pela comunidade.

Os Governos Regionais da Madeira e dos Açores estabelecem regimes jurídicos específicos de apoio a atividades culturais a realizar na Região e a ações e eventos culturais com interesse relevante para a promoção e divulgação das Regiões. Na Região Autónoma dos Açores tem sido concedida uma particular atenção ao património imaterial consubstanciada, por exemplo, na instituição de uma Base de Dados participada e no registo atualizado de manifestações do património imaterial (por exemplo nos domínios da música tradicional regional e do teatro popular). Na Região Autónoma da Madeira, o município de Porto Santo efetua um concurso literário bienal para obras de ficção e não ficção; o Festival Colombo (espetáculo anual dedicado ao navegador que integra as diferentes formas de arte: teatro, música, pintura e literatura) e publica uma coletânea com recolha de música tradicional (“Música tradicional da Ilha do Porto Santo” – Sociedade Europeia de Etnomusicologia).

De modo algo semelhante, os municípios têm Regulamentos próprios de apoio a agentes / projetos culturais, através dos quais apoiam iniciativas externas, paralelamente às iniciativas da própria autarquia, estimulando a produção cultural dotada de manifesta qualidade, dinamismo, originalidade e atualidade, pretendendo salvaguardar e divulgar os traços identitários essenciais da cultura e património locais. Cedem ainda espaços para a realização de eventos de cariz multicultural e iniciativas por parte de comunidades estrangeiras da cidade e, em muitos casos, disponibilizam espaços para estabelecimento de sedes de estruturas associativas dessas comunidades que visam o desenvolvimento de atividades culturais e sociais.

Destacam-se alguns casos particulares: na Amadora efetua-se o *Amadora’BD* -Festival Internacional de Banda Desenhada, Cartoon da Amadora<sup>16</sup>; exposição de trabalhos/originais de autores (desenhadores e argumentistas) de todo o mundo, *Projeto Orquestra Geração*<sup>17</sup>, formado por diversas ações relacionadas com a área musical, destinadas às crianças e jovens de 2ª e 3ª geração de imigrantes, com o objetivo de combater o absentismo e o abandono escolares, existindo neste momento três Orquestras num total de 130 elementos; Mulheres do Batuque (comunidade emigrante de Cabo Verde); Projeto 12-15 desenvolvido na Escola Intercultural das Profissões e do Desporto, Empresa Municipal (integração de jovens emigrantes de 2ª e 3ª gerações: Jambés/área musical; a Câmara Municipal de Oeiras tem um Regulamento de Apoio aos Agentes Culturais, que define os critérios a ter em conta na concessão de apoios e no estabelecimento de parcerias com instituições diversas, designadamente com Fundações, Instituto Camões, *Goethe Institut*, Instituto Italiano de Cultura, Instituto Cervantes, *British Council*, *Alliance Francaise*, várias galerias de Arte, Embaixadas, Ministérios e Orquestras; em Évora desenvolve-se o projeto “Teias”, projeto precursor de uma rede de Teatros e Cine Teatros do distrito de Évora, sustentado numa parceria de onze Municípios cuja filosofia foi desenvolvida privilegiando a programação dos agentes artísticos do território abrangido e que foram circulando e o “Festival Terras do Sol”, uma parceria de seis Municípios e que privilegiou nos meses de Verão as atividades de rua; Vila Nova de Cerveira realiza a “Queima de Judas”, iniciativa de teatro comunitário, que visa a recuperação de uma tradição popular e profana, através da criação e representação de um trabalho artístico e literário envolvendo, de uma forma ativa, as diversas associações, grupos recreativos e toda a população e o Festival Internacional de

<sup>15</sup> <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/>

<sup>16</sup> <http://amadorabd2011.com/>

<sup>17</sup> <http://www.orquestra.geracao.aml.pt/>



Folclore “O Mundo a Dançar”, que pretende dar a conhecer as várias culturas e diferentes formas de folclore tradicional, apresentado por cada país presente, promovendo as diversas expressões culturais; no Alvito é concedido um apoio direto aos grupos corais, etnográficos e musicais, visando a sua continuidade na divulgação da tradição musical alentejana e a artistas locais e regionais (novos talentos e talentos afirmados), na persecução da divulgação das várias expressões artísticas; em Setúbal as diversas associações locais e as comunidades estrangeiras existentes no território desenvolvem atividades culturais e sociais representativas da sua identidade cultural que são integradas em programas gerais de duração variável, em que se expressam coletivamente ou em programas dedicados a cada uma delas, atividades que são abertas a toda a população residente e que contam com o apoio material e imaterial da autarquia. Alguns exemplos são a produção de Documentários sobre o Bairro da Bela Vista, Núcleo Museológico do Bairro da Bela Vista (estas duas iniciativas com o envolvimento da população residente num bairro considerado “problemático” e que reúne várias comunidades (africanas, etnia cigana, portuguesas, etc.), Praça do Mundo na Feira de Santiago (presença das associações das comunidades estrangeiras num dos maiores certames culturais a sul do Tejo), Encontro de Cantares Alentejanos (o Cante Alentejano foi elevado a Património Municipal, em 2007), Festival de Música de Setúbal; em Vila Nova de Ourém, a programação e concretização de vários projetos são articuladas com outras áreas orgânicas do Município, no plano interno, e/ou com entidades parceiras, no plano externo; é o caso da instalação e dinamização d’ “A Oficina de Artes”, plataforma de produção e interação artística, veículo promotor da formação de uma rede de parcerias e colaborações no domínio artístico ao dispor do cidadão, sediada numa aldeia e não na sede do Município, fomentando a descentralização da produção e fruição cultural.

No que respeita à sociedade civil, as políticas culturais e medidas apresentam algumas diferenças relativamente às entidades públicas porque diversos são os objetivos que estão na sua génese: a disparidade de entidades que a compõem, desde as associações de cariz cultural, aos museus privados, às fundações, às companhias de teatro ou dança, faz com que as medidas sejam concretizadas de formas distintas, devido aos condicionalismos sociais, geográficos e de objeto.

Neste contexto, identificam-se algumas medidas que promovem direta ou indiretamente essa diversidade: desde logo, a política de preços, que se traduz em medidas de gratuidade de acesso dirigidas por um lado, a públicos específicos, como instituições de ensino, instituições com carácter socio-caritativo e séniores e, por outro, com alguma regularidade, ao público em geral. Concretizam-se em gratuidade aos domingos, em programas culturais *non stop*, de que se destaca «Serralves em Festa, 40 horas non stop»<sup>18</sup>, em espaços culturais abertos à noite, em oficinas de artes plásticas, em concertos. A Fundação BCP<sup>19</sup>, a título de exemplo, com o Festival “Todos – Caminhadas de Cultura” promove o acesso gratuito e procura dar a conhecer as diversas expressões culturais das populações residentes nos Bairros mais antigos de Lisboa através de espetáculos, danças, teatro, cantares e gastronomia (2009 – 12.000 visitantes, 2010 – 16.000 visitantes, 2011 – 20.000 visitantes).

Os programas de atividades educativas constituem outra medida importante, vocacionada para a criatividade, tanto promovendo ateliers criativos para crianças, famílias e escolas como concedendo bolsas de estudo destinadas a apoiar investigadores, artistas e estudiosos nas várias áreas culturais e artísticas e nos diversos domínios do conhecimento, casos da Fundação Calouste Gulbenkian<sup>20</sup> e do Centro Cultural de Belém<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> [www.serralves.pt](http://www.serralves.pt)

<sup>19</sup> <http://todoscaminhadadeculturas.blogspot.pt/>

<sup>20</sup> [www.gulbenkian.pt](http://www.gulbenkian.pt)

<sup>21</sup> [www.ccb.pt](http://www.ccb.pt)



O apoio a grupos sociais específicos consubstancia-se em apoiar atividades nas áreas das exposições, danças, teatro, música, artes plásticas, educação, tendo como especial preocupação os jovens, na articulação dos conteúdos programáticos do ano escolar e nas atividades museológico/educativas. As oficinas de saberes tradicionais desenvolvidas pelo Museu do Douro<sup>22</sup> (Oficina dos Sabores, Oficina dos Sons, Oficina do Stencil, Oficina da Camuflagem e Redes), constituem um bom exemplo de impulso à criatividade baseado nas realidades locais. Os grandes projetos desenvolvidos em bairros sociais carenciados, como os da responsabilidade da Associação Cultural Moinho da Juventude<sup>23</sup> - o grupo de Batuque Finka Pé (prática do batuque cabo-verdiano só executado por mulheres que criam as suas próprias músicas e danças), o grupo do Kola San Jon (um cruzar de culturas dos escravos africanos e dos portugueses), as jovens do grupo de dança contemporânea africana “Wonderfull’s Kova M” e os jovens do estúdio de música Kova M (que criam as suas letras e iniciam o seu percurso de produção musical) - constituem uma prova da importância de que se reveste a promoção da diversidade cultural para a inclusão social. Outro grande projeto de intervenção social, que através das várias vertentes da cultura Hip Hop (canto, dança, DJing ou graffiti), pretendeu dar voz às mulheres e promover a igualdade de género e o decréscimo da violência pública e privada é o Programa Gulbenkian Desenvolvimento Humano-2009, em parceria com a Associação Diálogo e Acção<sup>24</sup>, que pretende apoiar e estimular processos de integração social dos grupos mais vulneráveis - comunidades urbanas, idosos, migrantes, crianças e jovens em risco.

A programação para o público sénior tem vindo a ser muito desenvolvida nos últimos anos. A título de exemplo, o CCB/Fábrica das Artes abriu em 2009 a sua programação e desde então tem convidado artistas a desenvolver propostas específicas para este tipo de público e trabalhado de forma direta com lares da terceira-idade, centros de dia e universidades sénior. Em 2010, foi formada em colaboração com o CCB, a “Companhia Maior”, um projeto artístico/criativo de formação de artistas com mais de 60 anos, sendo alguns elementos provenientes de várias áreas performativas e outros sem qualquer experiência de representação.

As comunidades emigrantes em Portugal são muito apoiadas pela sociedade civil, designadamente na organização de atividades temáticas para comemoração de festas e datas especiais relacionadas com as comunidades residentes: a título de exemplo, a comemoração do Ano Novo Lunar, no caso das comunidades asiáticas, pela Fundação Oriente<sup>25</sup>.

De referir ainda, no que se refere à política de criação, o papel de Serralves que promove concursos de *design*, de criação de marcas e logótipos e outros destinados à produção de obras artísticas e a ação de algumas fundações como o CCB, que no campo específico da música põem em prática desde há alguns anos uma política de encomendas a compositores portugueses, que promove a criatividade nacional bem como a divulgação dessas criações.

## 2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial

A cooperação no âmbito da CPLP, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, é fundamental para Portugal e representa parte substancial da cooperação internacional desenvolvida, sobretudo

<sup>22</sup> [www.museudodouro.pt/](http://www.museudodouro.pt/)

<sup>23</sup> [www.moinhoda juventude.pt/](http://www.moinhoda juventude.pt/)

<sup>24</sup> <http://dialogoeacao.org/>

<sup>25</sup> [www.foriente.pt](http://www.foriente.pt)



a nível institucional. Neste contexto a área da formação assume papel de relevo enquanto transversal a quase todos os domínios, a ela se reunindo outros sectores, de certa forma relacionados com o passado histórico comum e o(s) património(s) dele decorrentes. Esta relação histórica é, frequentemente, o elo de ligação com outros países em termos de cooperação internacional, ainda que recentemente a presença dos países europeus, nomeadamente da União Europeia, se venha impondo, constituindo um 2º eixo da cooperação internacional. Na área artística existe uma forte componente de cooperação internacional, ainda que dependendo claramente da dimensão das entidades envolvidas. De facto, os países de expressão portuguesa (incidindo mais no Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) aparecem como tendência natural de manifestação de interesse, mas a Alemanha, a Espanha, o Reino Unido, a Bélgica, os EUA, são igualmente parceiros constantes.

Um bom exemplo desta relação privilegiada com a CPLP é a iniciativa do IMC, que definiu especiais condições financeiras para aquisição, por parte dos países da CPLP, do *software* “MatrizPCI”, de modo a que esses países possam implementar os respetivos Inventários Nacionais do Património Cultural Imaterial. A formação desempenha também papel de grande relevo na área dos museus, por exemplo, têm vindo a ser concretizados protocolos de colaboração com museus dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, quer através do apoio à realização de projetos nesses países, quer através do acolhimento de profissionais dos museus desses países, no âmbito de estágios ou programas de formação. Neste contexto enquadra-se o curso de *E-Learning* “Inventário de Património: princípios, metodologias e instrumentos de Referência em contexto lusófono”, desenvolvido pelo IMC e pela Universidade Aberta. Este curso destina-se a técnicos de desenvolvimento da administração central de países da CPLP, técnicos de museus, instituições e ONGs com trabalho nesta área naqueles países e pretende facultar formação especializada na área da inventariação do património, desenvolvendo competências específicas no manuseamento de bases de dados aplicadas ao inventário, gestão e divulgação em linha de património, nomeadamente móvel e imaterial, assim como no planeamento, gestão e avaliação de projetos de salvaguarda patrimonial.

Na área do património arquitetónico e arqueológico, o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico tem colaborado em projetos em Cabo Verde (recuperação da Cidade Velha, classificado pela UNESCO) e Moçambique (e Marrocos). A Direção Geral dos Arquivos, enquanto entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos, promove e disponibiliza documentos de arquivo em língua portuguesa de núcleos documentais afins aos países da CPLP. No âmbito do conceito da UNESCO do “Património Arquivístico Comum”, têm sido realizadas ações em S.Tomé e Príncipe, no âmbito de intervenções de salvaguarda e organização de documentação. Em Angola, com o apoio do Instituto Apoio ao Desenvolvimento foram ministrados cursos de formação em gestão e organização de arquivos e técnico profissionais e aplicação de novas tecnologias nos arquivos. Em consequência desta colaboração, de forte impacto internacional, particularmente junto das comunidades científicas nacionais e estrangeiras, foram desenvolvidas diversas iniciativas:

- a) Projeto Aluka da Ithaka Harbors, Inc. - digitalização de documentação do Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique e de alguns processos do Arquivo da ex-PIDE/DGS, relativos a Moçambique, para integrar o repositório digital do Aluka, num total de 74.000 imagens (fins de investigação, educativos e culturais, sem fins lucrativos);
- b) Colaboração com o Ministério da Cultura de Cabo Verde – entrega ao Instituto do Arquivo Histórico Nacional de 7.866 imagens (Maio 2006-Novembro 2010);
- c) Colaboração com a Fundação Angolana de Solidariedade Social e Desenvolvimento - exposição em Luanda dos Processos dos 50 políticos nacionalistas angolanos, presos a partir de



1959 e criação de um Centro de Documentação de matérias relativas ao nacionalismo angolano (entregues 6.551 imagens).<sup>26</sup>

A Direção Geral das Artes desenvolve 3 grandes iniciativas na área da cooperação internacional: o programa INOV-ART<sup>27</sup>, que se destina a fomentar a inserção profissional e internacionalização de jovens profissionais portugueses do campo das artes e das indústrias criativas e a contribuir para o aprofundamento da cooperação internacional de artistas e organizações culturais portuguesas; o apoio à Internacionalização das Galerias de Arte<sup>28</sup> - protocolo entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Associação Portuguesa de Galerias de Arte, que contempla o apoio à participação de galerias nacionais em feiras internacionais de Arte Contemporânea de mérito reconhecido, com o objetivo de proporcionar visibilidade aos artistas portugueses e potenciar as suas possibilidades de integrar coleções públicas e privadas internacionais; apoio a artistas portugueses em eventos internacionais de arte contemporânea de referência, designadamente Bienais de Arte e Arquitetura de Veneza, São Paulo e Quadrienal de Praga.

O Teatro Nacional São João apoia a mobilidade de artistas e técnicos, através das atividades que desenvolve diretamente (acolhimentos de produções internacionais ou digressões de produções próprias) e das coproduções que realiza com outras entidades e que dão origem a digressões internacionais. Entre 2008 a 2012, foram realizadas diversas digressões internacionais, contribuindo para a mobilidade de artistas e técnicos. Foram também apresentados diversos espetáculos estrangeiros na programação regular do TNSJ, sendo 2011 o ano em que se verificou maior número de acolhimentos internacionais graças à realização do Odisseia: Teatros do Mundo. De destacar também os protocolos celebrados em 2009 com o Serviço Social do Comércio de São Paulo (Brasil), que prevê trocas de produções de criadores portugueses e brasileiros e, em 2010, com a Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo). O TNSJ é o único teatro português que integra a União de Teatros da Europa (UTE) e que tem por objetivo desenvolver uma ação cultural comum que transcende as fronteiras de cada país, possibilitando a circulação regular de projetos e criadores, ultrapassando as barreiras linguísticas mas respeitando a identidade e os patrimónios culturais de cada um dos seus membros.

No domínio do cinema e do audiovisual, a cooperação internacional é efetuada sobretudo através dos apoios concedidos por diferentes entidades à promoção e à participação em festivais e mercados, bem como do apoio à distribuição em território nacional de obras não nacionais de cinematografias menos difundidas. Portugal, através do ICA, participa também nos programas e iniciativas Media, Eurimages, European Film Promotion, CACI – Conferência das Autoridades Cinematográficas Ibero-americanas (Ibermedia e OIA)<sup>29</sup>. Numa vertente algo diferenciada a RTP assegura uma emissão para os países africanos de língua portuguesa que é, também, transmitida para as comunidades africanas residentes no território nacional. Difunde também emissões regulares em português para as comunidades portuguesas no estrangeiro, organiza o concurso “Prémios Talento”, que visa divulgar e apoiar novos valores no campo cultural, artístico e social entre as comunidades portuguesas e de luso-descendentes espalhadas pelo mundo e, através de protocolos e parcerias firmadas com a CPLP, tem promovido com regularidade em vários programas televisivos e radiofónicos a divulgação de obras de autores

<sup>26</sup> <http://dgarq.gov.pt>

<sup>27</sup> [www.dgartes.pt/inov-art](http://www.dgartes.pt/inov-art)

<sup>28</sup> <http://www.dgartes.pt/>

<sup>29</sup> <http://www.ica-ip.pt/>



dos PALOP<sup>30</sup>, e difundido eventos como os Jogos Desportivos da Lusofonia e o Concurso Internacional de Documentários DOCTV. Atribui regularmente na sua programação de Rádio e TV, designadamente da RTP África e RDP África, espaço para conteúdos produzidos por sectores criativos (e.g. Rádio e TV) das indústrias culturais dos PALOP e coopera com organismos/associações internacionais de que é membro, designadamente *UER/EBU-União Europeia de Rádio e Televisão*, *PBI-Public Broadcasters International*, *OTI-Organização de Televisões Iberoamericanas*, *URTI – União Radiofónica e Televisiva Internacional*, entre outras.

No que se refere à área do livro, é responsabilidade da Direção Geral do Livro e das Bibliotecas efetuar a divulgação dos autores portugueses no estrangeiro, suportando as despesas de deslocação de autores portugueses e autores dos PALOP convidados para encontros literários de âmbito internacional: festivais literários, colóquios, seminários, leituras públicas. Apoia também as editoras estrangeiras que pretendem convidar os autores para sessões especiais de lançamento das suas obras traduzidas. A presença dos escritores no lançamento das respectivas traduções e edições no estrangeiro é considerada uma vertente fundamental e um complemento essencial da divulgação do autor e do programa de apoio à tradução. Particularmente no âmbito da CPLP a DGLB participa na “Rede Bibliográfica da Lusofonia”, programa integrado no domínio do livro e da leitura nos Países de Língua Oficial Portuguesa, em parceria com outros organismos nacionais e africanos, para uma maior rentabilização das competências existentes no âmbito da cooperação setorial. Foram desenvolvidas várias ações, como apoio a Bibliotecas ou a realização de Feiras do Livro em diversos países.<sup>31</sup>

No Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Instituto Camões (IC) desenvolveu em 2008 e 2009 um programa específico destinado a apoiar a circulação internacional de artistas e obras e, em 2010 e 2011, através das redes externas do IC, foram financiadas iniciativas em diversos domínios (artes do espetáculo, música, artes visuais, cinema, audiovisual e multimédia, arquitetura, design, literatura e projetos transdisciplinares), viabilizando a presença de criadores em eventos internacionais. Desenvolveu ainda o apoio à edição, à produção de exposições para espaços internacionais, à promoção da produção cinematográfica nacional, à circulação internacional de filmes e à participação de realizadores. O IC apoia, também, a participação de profissionais da cultura em projetos de referência como a Bienal de Arte de S. Tomé ou o Festival do filme documentário *Dockanema* (Moçambique).

Nas intervenções da Cooperação Portuguesa nos PALOP e em Timor Leste coordenadas pelo IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (Ministério Negócios Estrangeiros), são de referir os projetos de recuperação de património, de arquivos cinematográficos, bibliotecários e cartográficos, apoio a bienais de artes e festivais de teatro, feiras do livro, promoção da língua através do ensino, entre outros. Igualmente registam-se intervenções pontuais noutros países africanos e asiáticos tendo em vista a recuperação de património histórico português.

O Concurso “Jovens Criadores” (IPJ) projeta-se em mostras internacionais: as Bienais Internacionais de Jovens Criadores da Europa e do Mediterrâneo (BJCEM) e as Mostras de Jovens Criadores da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Esta última, que tem lugar de 2 em 2 anos e cujo local de realização é rotativo, é um espaço de encontro entre os jovens da CPLP com base nas perspectivas culturais de cada um e nas suas diversas formas de expressão.

<sup>30</sup> Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

<sup>31</sup> [www.dglb.pt/](http://www.dglb.pt/)



As bolsas “Jovens Criadores” dirigem-se a jovens de nacionalidade portuguesa e os projetos dos candidatos podem ser desenvolvidos em Portugal ou no estrangeiro.<sup>32</sup>

A nível regional e local também a CPLP constitui área de cooperação prioritária, ainda que não assuma tanta relevância. As geminações de cidades são uma realidade fortemente implantada um pouco por todo o lado e a aposta no cruzamento entre cultura e turismo é de assinalar, quer no desenvolvimento do “turismo cultural”, na criação de itinerários culturais (associando património e gastronomia, por exemplo), quer na realização de Festivais, temáticos ou pluridisciplinares. A presença da UE torna-se mais forte, nomeadamente na cooperação transfronteiriça e na participação em redes internacionais.

As Direções Regionais de Cultura desenvolvem importantes projetos de cooperação transfronteiriça, dos quais destacamos, no Norte, o projeto de cooperação com a Galiza “A indústria cultural galego-portuguesa”, no Algarve “DESCUBRITER, Rota europeia dos Descobrimientos”, para valorização do património dos descobrimentos ou os projectos de turismo cultural “Al-Mutamid” e “Umayyad”. No Centro, de referir o programa de cooperação transfronteiriça com a Junta de Castela e Leão, com o objetivo de fortalecer um tecido cultural particularmente vulnerável no desenvolvimento de uma Europa das regiões, designado por “Fronima / Fronteiras imaginárias”; este projeto teve eventos em Zamora, Valladolid e Bejar e neles foram utilizados 28 Teatros/Centros Culturais, 3 espaços museológicos e espaços não convencionais, para uma população de 60.000 pessoas.

A Câmara Municipal de Aveiro participa no Projeto de Cooperação Cultural CREART, Rede de Cidades para a Criação Artística<sup>33</sup>, sendo a única cidade do país a integrar este programa que coloca a arte e criatividade como primeiro plano. Este projeto consiste numa rede de 14 cidades europeias e espaços urbanos representativos da diversidade e riqueza da cultura europeia. O CREART pretende facilitar o seu desenvolvimento a nível europeu através do trabalho em rede, partilha de experiências e da incorporação de novos métodos de trabalho artístico, e também pela promoção da mobilidade transnacional de artistas, produtores de peças, que irão aproximar os criadores e os países de proveniência. Em Aveiro serão realizadas, ao longo dos próximos 5 anos, várias atividades, tais como: audições de artistas locais pela prática oficial e tecnológica desenvolvida em Centros de Educação e de formação artística, exposições europeias itinerantes, conferências, entre outras. Integra também a *Art Nouveau Network*, com objetivo de dinamizar a arte nova nacional e internacionalmente cooperando com os diferentes países e boas práticas. Almada participa na Rede Ibero-Americana de Cidades para a Cultura, na Associação Internacional das Cidades Educadoras e União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa contribuindo para o desenvolvimento das relações intermunicipais e para o fomento do entendimento e da cooperação bilateral no espaço lusófono, através do intercâmbio efetivo de experiências e do conhecimento nos domínios cultural, científico e tecnológico. Tavira participa em redes de cooperação artística e patrimonial, caso da AVEC (*Alliance de Villes Européennes de Culture*)<sup>34</sup> e desenvolve parcerias estratégicas com instituições que promovem a cooperação internacional para apresentação de projetos em Tavira.

A CM da Amadora tem um acordo Intermunicipal de Cooperação com o Tarrafal (Cabo Verde), que envolve diversos municípios, para a elaboração de cinema de animação e envio de material para bibliotecas. Évora participa no Projeto *Oralityes*, que envolve cidades de Malta, Portugal,

<sup>32</sup> <http://juventude.gov.pt/Cultura/ProgramaJovensCriadores/SobreoPrograma/Paginas/ProgramaJovensCriadores.aspx>

<sup>33</sup> <http://www.creart-eu.org/>

<sup>34</sup> [www.avecnet.net](http://www.avecnet.net)



Espanha, Itália e Bulgária e cujas atividades, desenvolvidas e a desenvolver durante os 4 anos do projeto, têm como objetivo promover a circulação transnacional de operadores, agentes culturais e grupos musicais e a cooperação e intercâmbio de experiências. Lagos participa no projeto de cooperação transfronteiriça DESCUBRITER, é sede de um Centro UNESCO e inicia a implementação do Museu da Escravatura, no edifício do Mercado de Escravos, ao abrigo do projeto internacional da UNESCO “Rota do Escravo”.

Um pouco por todo o país realizam-se festivais, nos quais a promoção da diversidade cultural é ponto central. É o caso de Sines com o “Festival Músicas do Mundo”, acontecimento que mostra a diversidade das expressões musicais do mundo, evocando a revolução nos contactos interculturais a que as viagens do navegador Vasco da Gama (nascido em Sines) abriram caminho e que tem como filosofia “Dar a descobrir”. Também em Loulé se realiza o Festival MED, festival de música do mundo que visa dar a conhecer ao grande público grupos que testemunhem outras expressões culturais na área da música, do artesanato e da gastronomia. Em Almada destaque para o Festival Internacional de Teatro de Almada e a Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público. Estes eventos refletem uma forte componente de divulgação e intercâmbio de artistas e criadores de diversos países dando oportunidade de mobilidade e troca de experiência dentro e fora do território nacional. ZEZEREARTS<sup>35</sup> é desenvolvido em Ferreira do Zêzere durante o mês de Agosto, envolvendo a presença de cerca de 25 cantores de Ópera e pianistas oriundos de vários países europeus; a BIENAL do Porto Santo (mostra internacional de arte contemporânea) reúne mais de 300 obras e a presença de cerca de 50 artistas de vários países do mundo.

Na Madeira, o Governo Regional proporciona a presença de grupos locais da cultura regional em manifestações e festivais fora da ilha, possibilita a participação de grupos musicais internacionais nos festivais anuais que se realizam na Madeira e divulga e facilita o acesso dos públicos às manifestações culturais (sobretudo na música, por vezes no teatro) que ocorrem na ilha, como festivais de música erudita ou étnica, em que participam grupos ou artistas oriundos de outras culturas específicas.

Exterior à esfera do sector público, a Fundação Calouste Gulbenkian desempenha um papel determinante no contexto nacional, desenvolvendo diversos programas com vertentes de internacionalização significativas e de forte impacto nacional e internacional. O Programa Gulbenkian de Apoio ao Desenvolvimento (cooperação com os PALOP e Timor Leste), na sua componente Arte, em 2010, apoiou 13 projetos multiculturais, com o objetivo de contribuir para a divulgação e promoção da cultura artística dos países de língua oficial portuguesa, nomeadamente aqueles que envolveram atividades formativas e ações desenvolvidas em parceria com outras entidades de relevo nacional e internacional. No âmbito do Programa Gulbenkian Criatividade de Criação Artística, foram realizados 16 cursos intensivos de formação artística avançada, abrangendo as áreas do cinema, ópera, teatro, coreografia, artes plásticas, fotografia, animação 3D, artes performativas e videoarte, com 178 alunos, professores estrangeiros e nacionais. O Programa desenvolvia uma linha de apoio a artistas oriundos dos países da CPLP que assim puderam participar.

A cooperação a nível europeu tem um forte impacto, sendo de apontar como exemplo um grande projeto de internacionalização, no âmbito do Programa Cultura, do qual participou a Fundação Centro Cultural de Belém: “Prospero – Seis cidades, um projeto, o teatro em comum”, projeto teatral ambicioso com a duração de cinco anos (2008/2012) envolvendo seis instituições que

---

<sup>35</sup> [www.zezerearts.com/](http://www.zezerearts.com/)



uniram os seus esforços ao serviço do desenvolvimento da criação europeia: Théâtre National de Bretagne (Rennes/França), Théâtre de la Place (Liège/Bélgica), Emilia Romana Teatro Fondazione (Modena/Itália), Schaubühne am Lehniner Platz (Berlim/Alemanha) e o CCB. Acrescente-se, ainda, o trabalho da Fundação Serralves que, desde 2010, é parceira do projeto de intercâmbio de jovens liderado pela TATE e intitulado “Turbinegeneration”<sup>36</sup>.

Também no CCB, além da programação de espetáculos de companhias estrangeiras, o CCB/Fábrica das Artes é uma das entidades criadoras do «Big Bang – Festival Europeu de Música e Aventura para Crianças», que se desenvolve como um festival de música Europeu que combina a especialidade e o contributo artístico dos países parceiros. Na Gulbenkian, e ainda no que respeita ao apoio à mobilidade dos artistas, o Programa Gulbenkian de Artes Performativas, criado em 2011, destina-se a promover o panorama artístico português nas áreas de Cinema, Dança e Teatro através da concessão de apoios pontuais a projetos de entidades ou estruturas profissionais, nos campos da valorização profissional técnica e artística, criação e internacionalização.

Dois referências finais que nos merecem um particular destaque:

a) pela sua especificidade temática e geográfica, o esforço pioneiro desenvolvido pela Fundação Oriente no estudo, preservação e restauro de património cultural construído e de bens culturais móveis de raiz portuguesa existentes em Goa (Índia), na Região Administrativa Especial de Macau (China) e em Timor-Leste, locais onde a Fundação Oriente tem em funcionamento três delegações, as quais desenvolvem ao longo do ano programas e atividades de índole cultural, educativa e social junto das respetivas comunidades; nestes territórios e junto de Comunidades Macaenses emigradas no Canadá, no Brasil e nos Estados Unidos, a FO apoia de uma forma muito significativa instituições de nível médio e universitário com vista à preservação da língua portuguesa e, nalguns casos, à preservação dos valores da cultura portuguesa.

b) Os Bonecos de Santo Aleixo, marionetas tradicionais propriedade do CENDREV<sup>37</sup>, que constituem um projeto com grande visibilidade no plano internacional, com constantes participações em festivais internacionais; são igualmente os anfitriões da Bienal Internacional de Marionetas de Évora, BIME, que se realiza na cidade Património Mundial, Évora, desde 1987.

### 2.3. Integração da Cultura nas políticas de desenvolvimento sustentável

Poucas entidades declaram integrar a Cultura em políticas de desenvolvimento sustentável; no entanto algumas – e em número crescente – efetuam-no, ainda que de forma indireta e não enunciada. As preocupações com o ambiente, a criação de emprego, a articulação entre áreas e a potenciação de recursos, o desenvolvimento integrado do território, são uma constante. Em diversos sectores, entidades públicas, municípios, fundações ou associações da sociedade civil, encontramos programas nos quais a componente cultural e artística é entendida como fundamental para o desenvolvimento sustentável da região. A formação artística e cultural é considerada, cada vez mais, como um investimento que poderá resultar no aumento da qualidade de trabalho apresentado pelos agentes culturais, bem como no acréscimo de valências e troca de experiências com outros agentes da área concreta de cada formação, dotando-os de capacidades técnicas e artísticas que lhes permitam desenvolver os projetos com níveis acrescidos de qualidade e desempenho.

<sup>36</sup> <http://turbinegeneration.tate.org.uk/>

<sup>37</sup> [www.cendrev.com](http://www.cendrev.com)



No caso do património, as iniciativas desenvolvidas pelos monumentos tutelados no âmbito do apoio à criação cultural, ao incrementar a atratividade do património, promovem o desenvolvimento sustentável através da criação de emprego, da definição de redes de turismo cultural, da fixação de populações, e do apoio indireto a atividades produtivas complementares. Daí que, por exemplo, a Direção Regional de Cultura do Norte desenvolva projetos que têm como objetivos a integração da cultura na política de desenvolvimento sustentável, como a educação ambiental, a divulgação da diversidade cultural e paisagística da região norte através da difusão da vida e obra de escritores ou que o ACIDI considere que, na perspetiva de que o respeito e valorização da diversidade de culturas e expressões culturais é condição essencial para a coesão social e sustentabilidade de uma sociedade democrática e plural, toda a ação desenvolvida por este organismo se orienta nesse sentido.

Nos municípios as abordagens são diversificadas: na Câmara Municipal do Porto, a aglutinação num único Pelouro (Pelouro do Conhecimento e Coesão Social) das competências na área da cultura, educação e ação social, demonstram a visão estratégica de cultura enquanto área de atuação transversal, articulada com a educação e ação social, para fomentar o desenvolvimento sustentável; em Almada, que partilha a afirmação da Cultura como o “4º pilar” do desenvolvimento sustentável e a sua importância na construção de um poder local mais sólido e participativo como condição indispensável para a governabilidade e a consolidação dos sistemas democrático<sup>38</sup>, o desenvolvimento cultural visa-se como objectivo e condição de desenvolvimento integrado do território, preservação da memória colectiva, reforço da identidade local e promotora da diversidade cultural. Existe uma forte ligação da área da Cultura com a do Ordenamento e Planeamento Urbanístico, procurando promover as melhores condições possíveis para o exercício da vida pública e da participação cidadã na tomada das decisões que visam o reforço da estratégia local de desenvolvimento. A Cultura é entendida como elemento estruturante e central do desenvolvimento integral do indivíduo e condição essencial para a participação e exercício activo da cidadania, bem como forma de alcançar a liberdade e o progresso social e económico. A diversidade cultural deve ser valorizada numa perspectiva de diálogo e de encontro das diferentes culturas, das diferentes linguagens culturais e formas de pensamento, criando condições para a tolerância, a diversidade de comportamentos sociais e culturais que permitam um enriquecimento permanente das sociedades e a descobertas de novas formas de vida em comunidade. Daí o investimento municipal na criação de redes municipais de bibliotecas escolares e públicas, museus, equipamentos culturais e desportivos, incubadoras de empresas, espaços onde se pretende fixar espaços de apoio a iniciativas empresariais com vertente inovadora (projecto Quarteirão das Artes) que, pelas suas características, carecem de locais de trabalho menos convencionais, designadamente nas áreas de cultura, artes plásticas e visuais, oficinas e artesanato, vídeo e produções audiovisuais, design, entre outras.

O município de Coruche, desenvolveu o seu Plano Estratégico incluindo a componente cultura como área de desenvolvimento com as suas especificidades. O município desenvolveu um programa de marketing cultural especificamente orientado para um desenvolvimento sustentável com relação direta à área do turismo<sup>39</sup>. A inclusão da cultura local na Agenda XXI Regional teve como objetivo o enquadramento do desenvolvimento sustentável, bem como a contribuição de informações para a conceção de projetos de revisão do Plano Director Municipal e de outros documentos e instrumentos territoriais.

Algumas entidades promovem, a partir dos seus serviços educativos, programas dirigidos a vários segmentos de público orientados no sentido de uma educação científica que, para além de

<sup>38</sup> <http://www.m-almada.pt/>

<sup>39</sup> <http://www.corucheinspiraturismo.pt>



apoiar a formação de cidadãos conhecedores e intervenientes, visa contribuir para a alteração de comportamentos que afetem as decisões tomadas no dia-a-dia, nomeadamente no sentido de um consumo mais responsável e da vivência de uma cidadania ativa. Estes programas colocam em contacto, através da adoção de formatos variados (debates, cursos, oficinas, visitas orientadas), a comunidade científica, associações da sociedade civil diversas e o público, disponibilizando conhecimento e promovendo a sua descoberta, partilha e debate.

O Programa «Reinserção pela Arte», promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian em colaboração com a Direcção-Geral de Reinserção Social, nos Centros Educativos da área da grande Lisboa, visa a descoberta de novas estratégias de abordagem da educação dos jovens para a cidadania, através da exploração da criatividade e re/conhecimento das suas capacidades numa dimensão artística, reconhecendo a educação de uma forma mais abrangente, promovendo o contacto com as diversas formas de expressão artística, sensibilizando-os para outros domínios estéticos, favorecendo a descoberta de novas aptidões e competências e contribuindo para a sua inserção social e combatendo a sua estigmatização, através da divulgação das suas capacidades artísticas.

### 3. SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O envolvimento e a participação da sociedade civil nas decisões e na vida política e cultural do país e/ou da região reveste-se de algumas diferenças consoante se trata do poder central ou de autoridades regionais e locais. Por outro lado, a perspetiva que a sociedade civil manifesta sobre a sua participação difere substancialmente da conceção que a administração pública revela e se esta, apesar da diversidade de abordagens, considera fundamental a sensibilização e a participação da sociedade civil e desenvolve mecanismos para a obter, aquela, regra geral, avalia o seu envolvimento como insuficiente e limitado. Esta perceção alarga-se à aplicação da Convenção de 2005, embora as iniciativas específicas das entidades públicas neste contexto não tenham sido tão vastas e diversificadas como desejado.

A sociedade civil tem mostrado grande empenho na participação na promoção da Convenção, envolvendo-se em grupos de trabalho com vista ao estudo e elaboração de políticas e estratégias culturais, a organizar debates, seminários e conferências sobre temas culturais delineadores de conceções básicas para perceção das diversas realidades nacionais e/ou locais. De sublinhar a constituição oficial da Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural no final de 2011, embora já existisse informalmente desde 2005.

O «estar em rede» ou nelas participar constitui hoje em dia uma outra forma de promoção da diversidade cultural, pelo que entidades públicas e privadas se encontram inscritas nas mais variadas redes, desde a “European Foundation Centre”<sup>40</sup>, a «Network of European Foundations»<sup>41</sup>, a «Global Philanthropy Leadership Initiative», o «Instituto Internacional del Teatro do Mediterráneo» – IITT<sup>42</sup>, a «European Interest Group on Creativity and Innovation»<sup>43</sup>, a «European Creative Business Network»<sup>44</sup>, só para dar alguns exemplos.

<sup>40</sup> [www.efc.be](http://www.efc.be)

<sup>41</sup> [www.nef-europe.org](http://www.nef-europe.org)

<sup>42</sup> <http://www.institutodelmediterraneo.es/>

<sup>43</sup> [www.creativity-innovation.eu/](http://www.creativity-innovation.eu/)

<sup>44</sup> [www.ecbnetwork.eu](http://www.ecbnetwork.eu)



Por parte das entidades públicas são patentes os mecanismos de auscultação, através da promoção com regularidade de conversas, debates, mesas redondas, com vista a criar oportunidades de reflexão entre criadores e a sociedade civil, sobre práticas culturais e onde o envolvimento da sociedade civil é uma constante. São convidados especialistas e entidades diretamente relacionadas com as diversas temáticas culturais (encenadores, atores, historiadores, museólogos, antropólogos, arqueólogos, entre outros) para participarem nas iniciativas não só promovidas pela administração central mas também por outras instituições, procurando o envolvimento da população, através de uma participação ativa em eventos nas diversas áreas artísticas e culturais e na preservação e divulgação do património material e imaterial da região. Particular destaque para a iniciativa da Direção Regional de Cultura do Algarve, que em 2010 lançou a discussão pública, através da realização de 6 mesas temáticas e com contributos através de plataforma eletrónica, para o Plano Estratégico de Cultura para o Algarve e em 2011, para além de colaborar em ações de sensibilização sobre programas europeus de cultura, organizou duas sessões públicas: uma de apresentação do Livro Verde e do potencial das Indústrias Culturais e Criativas no desenvolvimento; outra de discussão das prioridades para a ação, de forma a auscultar os *stakeholders* e poder configurar um contributo para uma política cultural europeia.

Alguns museus criam Associações de Amigos do Museu, Programas de Voluntariado e o desenvolvimento de redes de cooperação com outras instituições; outros organismos constituem comissões consultivas para diferentes questões nas quais têm assento, para além dos ministérios relacionados com as áreas, representantes de movimentos associativos, os agentes ligados ao desenvolvimento local, entre outros. O caso particular do ACIDI, várias organizações da sociedade civil são parceiras na concretização da sua missão e, nessa medida, participam na elaboração das suas políticas, nomeadamente, as associações de imigrantes e/ou comunidades ciganas, o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, a rede de investigadores do Observatório da Imigração.

Os municípios, por razões que se prendem com o seu funcionamento, habitualmente dispõem de órgãos de consulta à sociedade civil. No caso do Município do Porto, existe um “Conselho Municipal de Comunidades do Porto”, órgão consultivo onde estão representadas as organizações representativas de comunidades estrangeiras no Porto. Foi criado o SIM Cultura – Serviço de Interpretação e Mediação da Cultura, que integra elementos da Educação e Ação Social, com vista a auscultarem junto dos públicos da educação e das instituições sociais acerca das suas necessidades/ interesses/ gostos. Este grupo informa os promotores culturais do município acerca das necessidades e interesses dos diversos públicos. Em curso o Plano Municipal de Cultura, que contará com representantes da sociedade civil como consultores.

Em Oeiras, as consultas efetuam-se através de inúmeras reuniões alargadas à sociedade civil, com ampla participação da população, sobretudo a propósito da Agenda Local XXI, da reformulação do Plano Director Municipal, e da elaboração da Carta Educativa, da Carta do Desporto, da Carta da Cultura e da Carta de Ação Social. Em Vila Nova de Famalicão foi criado o Conselho Municipal de Cultura, que reúne um conjunto alargado de parceiros culturais do concelho, assim como algumas personalidades convidadas; no município de Ourém desenvolve-se um exercício permanente de auscultação dos cidadãos através da realização de inquéritos e da auscultação direta, procurando ajustar as respostas às necessidades identificadas. Paralelamente, o Município envolve os cidadãos nas políticas culturais quer através da criação de condições para a sua produção direta, quer através de projetos de voluntariado, tomando como exemplos trabalhos de estudo e salvaguarda do Património Cultural, ações de promoção da leitura, artes visuais e performativas.



A Câmara Municipal de Almada procura o envolvimento das organizações presentes no território em todos os processos de construção e desenvolvimento dos projetos e atividades municipais. É disso exemplo o modelo das Opções Participativas que o Município adotou na sua política de gestão, recolhendo o contributo dos cidadãos para a elaboração das Opções do Plano de 2013 onde, para além da participação nos fóruns públicos, os cidadãos podem dar as suas sugestões através da Internet. A realização deste ciclo de “Opções Participativas” insere-se na “Carta de Princípios da Participação dos Cidadãos do Concelho de Almada”, que evidencia a aposta municipal no envolvimento da população nos processos e ações da vida local. Promove anualmente um conjunto de apoios a escolas, associações e coletividades locais alocando significativos meios financeiros e logísticos para a realização de projetos e ações que visam o desenvolvimento de expressões culturais com elevado grau de diversidade, da literatura às artes plásticas, do desporto às artes performativas.

#### **4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS E DESAFIOS ENCONTRADOS NA EXECUÇÃO DA CONVENÇÃO**

A avaliação dos resultados da execução da Convenção é difícil de efetuar, na medida em que não apenas se trata de um instrumento muito recente como, sobretudo, muitas iniciativas desenvolvidas – e que pelas suas características e objetivos podem ser consideradas no âmbito da Convenção – não surgiram como medidas ou políticas específicas decorrentes da implementação da Convenção. Avaliam-se, assim, os efeitos de ações que, de acordo com o levantamento efetuado, poderão ter contribuído para resultados como os da Convenção.

Apesar das diferenças de avaliação entre organismos públicos e sociedade civil, algumas questões são consensuais e comuns: em primeiro lugar um aumento significativo de públicos, bem como uma maior familiarização e maior sensibilização dos públicos para a diversidade das expressões culturais, garantindo uma maior tolerância e compreensão para com linguagens diferentes e contribuindo, também, para o seu enriquecimento cultural e para o desenvolvimento de um espírito crítico mais apurado – sobretudo do público mais jovem, nomeadamente através de uma mais efetiva articulação de atividades com programas educativos. Depois uma maior descentralização e dinamização da oferta cultural, corrigindo algumas assimetrias regionais e promovendo a atividade artística como instrumento de desenvolvimento económico e de qualificação, inclusão e coesão sociais. Parece-nos claro o contributo para as novas gerações de artistas e criadores, mais interventivos e participativos na política cultural das regiões e do país. Paralelamente acentua-se a valorização e a consciência do valor da preservação do património, material e imaterial, mas também o retorno económico, por via do turismo, que contribui para a sustentabilidade da cadeia económica. Cada vez mais a arte surge associada com outras áreas como educação, ciência e tecnologia, ambiente e ordenamento do território, turismo e solidariedade social, reforçando-se a interação entre a sociedade civil e os órgãos do Estado, tanto a nível central como local, o que tem vindo a permitir análises conjuntas de temáticas culturais e a realização de diversos programas e projetos culturais e educativos. O aumento do número de iniciativas de cariz cultural e artístico é óbvio, traduzindo-se numa maior regularidade da ocupação dos equipamentos culturais, com grande diversidade de eventos, como concertos/festivais de música, teatro e dança e exposições de artes plásticas. Torna-se, assim, possível a construção de sociedades multiculturais com capacidade de promoverem e valorizarem a sua especificidade cultural, sociedades com maior abertura à diversidade das



expressões culturais, à sua aceitação e valorização, por parte das instituições e da opinião pública.

No entanto as dificuldades e desafios são diversos e fortes, começando pelos constrangimentos de ordem financeira que a todos os níveis condicionam a criação, a produção, a difusão da cultura e da arte, áreas primeiras a sentir o efeito da crise financeira e da redução dos meios disponíveis. Mas outras dificuldades podem ser apontadas como, por exemplo, os frágeis hábitos culturais da população, que conduzem a uma fraca participação e consumo de produtos culturais (ainda que a situação se venha alterando nos últimos anos), uma excessiva estatização dos eventos culturais decorrente, frequentemente, de um débil sistema de mecenato cultural e da pouca sensibilidade dos privados para o apoio à cultura e às artes. Por outro lado a própria localização geográfica algo periférica do país dificulta o acesso a muitas iniciativas, trazer a Portugal ou levar para o exterior determinadas iniciativas é difícil e a falta de parceiros institucionais agrava os entraves.

Para muitos não é claro o âmbito de ação desta Convenção, para outros o seu objeto confunde-se excessivamente com a do património imaterial; muitas entidades públicas têm dificuldade em compreendê-la, avaliar o seu impacto e se, à partida, pode parecer evidente a adesão da sociedade civil, na prática verificámos que ela não se manifestou como seria de prever. Fruto do que acima identificámos, sem dúvida, mas também devido à fragilidade da própria sociedade civil, das suas estruturas organizativas e da dificuldade em entender a mais valia desta Convenção, que “proveitos” ela lhes pode trazer. No entanto desde 2005 que existe uma Coligação para a Diversidade Cultural, constituída oficialmente em 2011, o que prova, afinal, que existem sectores na sociedade civil mais sensíveis e informados.

Talvez por esta razão o grande desafio seja, na realidade, conseguir um maior envolvimento da sociedade civil, conseguir mostrar-lhe o valor desta Convenção, os seus benefícios para um país como Portugal. E isto apenas pode ser conseguido com um forte reforço da divulgação e da promoção da Convenção, da apresentação de bons exemplos, de casos de sucesso, de boas práticas, evidenciando como a sociedade civil pode beneficiar com este instrumento. Trabalho idêntico de reforço da sensibilização (ainda que adaptado) terá de ser desenvolvido junto das entidades públicas, para quem esta Convenção se encontra ainda envolta em algum mistério. É fundamental um compromisso do poder central para com a Convenção, que deverá ser “interiorizada” e colocada na ordem do dia, presente nas negociações internacionais como nas questões nacionais, transversal a todas as áreas da governação. Mas será também indispensável uma forte e estreita colaboração entre entidades várias, do sector público e privado, governos central, regional e local, administração pública e sociedade civil. Necessário, igualmente, um envolvimento de outros sectores da população, nomeadamente da comunicação social, corretamente esclarecida sobre as temáticas envolvidas, da comunidade científica, das escolas e das universidades.

As dificuldades financeiras irão constituir, sem sombra de dúvida, um forte obstáculo à superação deste desafio e encontrar soluções eficazes não é fácil. Mas, no fundo, a questão até é simples: serão os gastos com a cultura despesa ou investimento? Será a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais um custo ou um benefício? Da resposta a estas questões irá depender o futuro desta Convenção em muitos países e Portugal não será exceção.



## 5. DATA E ASSINATURA

### Nome do responsável pela assinatura do Relatório

Henrique Parente

Diretor-geral

GEPAC, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Secretaria de Estado da Cultura

Data

Assinatura

2012/04/27

---



**6. ANEXOS – DADOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (FONTES E ESTATÍSTICAS)**